



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

40

## **QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 312709-5**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: MICHAEL REZENDE SANTOS**

**PACIENTE: ELIAS SANTOS MARINHO**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILEA DE SOUZA CORREIA**

**EMENTA:** HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. NÃO COLHIMENTO. FUGA DO PACIENTE. CONTRIBUIÇÃO PARA A DELONGA NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL. PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. ORDEM DENEGADA.

1. Descabe ao paciente, tendo contribuído para o atraso na instrução criminal dizer-se sob constrangimento ilegal por excesso de prazo.
2. Manutenção da prisão preventiva com base em elementos hábeis a respaldar os fundamentos do respectivo decreto. Presença dos requisitos gizados nos arts. 311 e seguintes do Código de Processo Penal. Prisão cautelar para assegurar a aplicação da lei penal.

3. O fato de o paciente ostentar os predicados necessários à concessão do benefício da liberdade provisória não é suficiente quando existem circunstâncias outras que recomendam a manutenção da custódia processual.
4. Ordem denegada. Unânime.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 312709-5 onde figura como paciente Elias Santos Marinho, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de *habeas corpus* pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 1 de outubro de 2013.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
Relator



42

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 312709-5

**HABEAS CORPUS**

IMPETRANTE: MICHAEL REZENDE SANTOS

PACIENTE: ELIAS SANTOS MARINHO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILEA DE SOUZA CORREIA

**RELATÓRIO**

O Bel. Michael Rezende Santos impetrou o presente *habeas corpus liberatório* com pedido de liminar em favor de **ELIAS SANTOS MARINHO**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Recife.

Na inicial, o impetrante relatou que o paciente foi preso em flagrante pela prática de crime contra a vida e que a prisão perdura há mais de 09 (nove) meses, ou seja, desde o dia 05/11/2012, sem que o paciente tenha sido sequer ouvido em Juízo, configurando o constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo.

Asseverou que o paciente faz jus à concessão de liberdade provisória, tendo em vista que é primário, portador de bons antecedentes, profissão definida e residência fixa.

Pleiteou, pois, a concessão da presente ordem de *habeas corpus* em favor do paciente.

✓

O pleito liminar restou indeferido pelo Exmo. Relator em Substituição, Dr. Laiete Jatobá Neto às fls. 15/16. 43

A autoridade impetrada forneceu as informações de estilo à fls. 23/24. Relatou que o mesmo teve a prisão preventiva decretada em 08/05/1998, tendo sido recolhido em estabelecimento prisional em 05/11/2012. Registrou que o feito se encontra no aguardo de expedição de carta precatória para a Comarca de Barão de Cocais, Minas Gerais, local em que o paciente está segregado, com a finalidade de realização de seu interrogatório. Acrescentou que o procedimento de recambiamento do réu foi temporariamente suspenso. Por fim, noticiou que a prisão preventiva do paciente foi reavaliada em 20/06/2013, tendo sido mantida.

Às fls. 25/30, o Juízo de 1º grau providenciou a colação da denúncia, decreto preventivo e da decisão que manteve a custódia do paciente.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou através do parecer de fls.34/36 pela denegação da ordem, não vislumbrando o alegado constrangimento ilegal levantado pelo impetrante.

#### É O RELATÓRIO.

A douta revisão.

Recife, 01 de outubro de 2013.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
Relator



44

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 312709-5**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: MICHAEL REZENDE SANTOS**

**PACIENTE: ELIAS SANTOS MARINHO**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILEA DE SOUZA CORREIA**

**V O T O**

Conforme relatado, o impetrante pleiteia a restauração da liberdade do paciente sob a alegação de que há excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal. Outrossim, alega que o paciente faz jus à concessão de liberdade provisória.

Observa-se, de acurada leitura dos autos que o paciente foi denunciado pela prática de homicídio qualificado que teve por vítima a sua companheira, Sra. Marta Ferreira de Albuquerque, crime ocorrido em 01/01/1997. Infere-se que a denúncia foi recebida em 07/11/1997 e que a prisão preventiva do paciente - decretada em 08/05/1998 - só foi cumprida em 05/11/2012.

Extraí-se dos informes judiciais que a prisão do paciente foi reavaliada e mantida para a garantia da aplicação da lei penal, de acordo com a decisão colacionada às fls. 29/30.

Ora, diante de tais esclarecimentos, não há como dar guarida às alegações do impetrante.

45

O aduzido excesso de prazo não pode ser considerado como fora dos parâmetros da razoabilidade. Como visto, o paciente encontrava-se foragido, por um largo período (mais de 14 anos), o que trouxe como consequência a delonga do andamento do feito. Não pode, pois, valer-se do argumento de que há excesso de prazo para a conclusão do feito quando este foi procrastinado pelo próprio paciente.

Sobre o assunto, o Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente decidido:

*STJ: Se a demora na conclusão da instrução criminal se deu por culpa exclusiva do paciente, que se evadiu do distrito da culpa, tal atitude não pode ser levada em consideração para favorecê-lo. (...). – RSTJ 62/88.*

De se destacar, outrossim, que a manutenção da prisão preventiva do paciente é medida que se faz necessária para assegurar a aplicação da lei penal, vez que permaneceu foragido por mais de uma década, o que evidencia a sua intenção de se furtar a uma possível condenação.

Sobre o assunto:

**HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESVIRTUAMENTO. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.**

*1. É imperiosa a necessidade de racionalização do habeas corpus, a fim de preservar a coerência do sistema recursal e a própria função constitucional do writ, de prevenir ou remediar ilegalidade ou abuso de poder contra a liberdade de locomoção.*

46  
2. O remédio constitucional tem suas hipóteses de cabimento restritas, não podendo ser utilizado em substituição a recursos processuais penais, a fim de discutir, na via estreita, temas afetos a apelação criminal, recurso especial, agravo em execução e até revisão criminal, de cognição mais ampla. A ilegalidade passível de justificar a impetração do habeas corpus deve ser manifesta, de constatação evidente, restringindo-se a questões de direito que não demandem incursão no acervo probatório constante de ação penal.

3. **A fuga do paciente do distrito da culpa, comprovadamente demonstrada nos autos e que perdurou por mais de dois anos, constitui fundamento idôneo a ensejar a manutenção da medida de exceção para a conveniência da instrução criminal e para a garantia de aplicação da lei penal.**

4. Habeas corpus não conhecido.

(STJ. HC 265.112/RJ, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 29/08/2013, DJe 16/09/2013)

Insta salientar, por derradeiro, que a existência de condições pessoais exigidas para a concessão de almejado benefício da liberdade provisória não constitui por si só, óbice à restrição da liberdade quando existentes os requisitos ensejadores da segregação, o que, *in casu*, restou claramente demonstrado.

Por oportuno, colaciono os seguintes precedentes:

TACRSP: *Bons antecedentes e residência fixa não são elementos necessários para derrogar prisão preventiva, não se vislumbrando, neste caso, qualquer vício ou ilegalidade na decisão da Autoridade que indefere o pedido de liberdade provisória (RJDTACRIM 32/419).*

TJRS: *A primariedade e os bons antecedentes não impedem a decretação da prisão preventiva e nem têm força para alcançar a sua revogação ou a concessão de liberdade provisória (RJTJERGS 146/53).*

Súmula 86 do TJPE: *As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si só, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.*

47  
Diante do exposto, em consonância com o parecer da  
douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem de *habeas*  
*corpus* pleiteada.

É COMO VOTO.

Recife 01 de outubro de 2013.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
RELATOR